

“O Brasil está na contramão”

por Cecília Costa
do Rio

“O Brasil está na contramão, recuando exatamente no momento em que os bancos internacionais e as nações credoras começam a aceitar estratégias menos conservadoras quanto à questão da negociação do endividamento externo da América Latina”, afirmou na quarta-feira o ex-assessor para assuntos da dívida externa do Ministério da Fazenda, durante a gestão do ministro Dilson Funaro, o economista Paulo Nogueira Baptista Júnior.

De acordo com ele, quem acompanha de perto o que vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, no tocante à dívida externa do Terceiro Mundo, tem verificado que a maioria dos participantes do sistema financeiro internacional já

abandonou de lado a idéia de que a melhor solução para o pagamento da dívida está na imposição aos devedores de programas de ajustes, com base na receita do Fundo Monetário Internacional (FMI), aliada à concessão de novos empréstimos para cobrir o pagamento dos juros.

Dentro desse novo contexto, Baptista Júnior considera de extrema importância a notícia de que o México deverá emitir títulos da dívida contando com o apoio do governo dos Estados Unidos, por ser uma demonstração clara de que a mudança de estratégia dos credores saiu do campo conceitual e já vem dando resultados concretos.

“É o momento errado, portanto, para o Brasil adotar uma atitude conciliatória em relação aos credores e ao FMI”, acentuou o

economista vinculado ao PMDB.

Um dos principais articuladores da moratória adotada pelo País em fevereiro deste ano, Baptista Júnior lamenta sobretudo que o Brasil tenha a intenção de adotar essa atitude de recuo justamente na hora em que as resistências do Sistema Financeiro Internacional estão sendo quebradas, “diante do fato de que foi o próprio Brasil o país devedor que mais contribuiu para minar essas resistências, beneficiando, por exemplo, o México”.

Na opinião de Batista Jr., não é a perspectiva de obter, com o México a securitização da dívida, que deve estar levando o governo brasileiro a fechar um acordo com o FMI. E a se mostrar mais flexível com os bancos credores. “Creio que a maior flexibilidade tem origem na falta de sus-

tentação política interna”, afirmou.

De qualquer forma, ele não acredita que o País venha a obter um acordo com os credores a curto prazo, devido exatamente ao enfraquecimento político dos negociadores brasileiros. Mais do que a possibilidade de fechamento de um acordo com o FMI e com os bancos credores, em moldes tradicionais, o que preocupa Batista Jr. é se o Brasil começará a pagar a partir de janeiro, os juros da dívida regularmente. “Para mim, este ponto ainda não ficou claro. Espero que além de começar a pagar juros de 1987 o Brasil também não inicie em janeiro um pagamento regular de juros de 1988, pois seria um contra-senso iniciar esse pagamento antes de que fosse pelo menos esboçado um novo acordo, seja provisório ou definitivo.”